

“A ideia de Federação Ibérica na segunda metade do século XIX: o republicanismo português e espanhol em sincronia.”

Danny Rangel
(CITCEM; CHSC; CEHFCi)
Doutorando História Contemporânea FLUC)

Numa altura em que a ideia de federalismo ibérico ainda perdura, principalmente nos momentos de maior crise, pretende-se com este trabalho entender melhor as similitudes das duas nações ibéricas na criação da ideia de uma federação ibérica durante a segunda metade do século XIX. Tendo sido um ideal explorado pelo republicanismo destes dois países, é fulcral ter em atenção o peculiar caso de como até com a monarquia constitucional a ideia federativa tem uma representação importante. O trabalho tem por isso uma dupla importância, a histórica: de entender um processo num momento localizado como foi o republicanismo federalista ibérico – aquele em que nos iremos focar - nas suas variantes teóricas; e o actual: de explicar que a ideia de federalismo ibérico não vem de hoje, tem raízes distantes mas vivas, que nos influenciam.

Para proceder é então necessário explorar de que forma os dois países foram afectados com as invasões napoleónicas e com a consequente perda de poder dos seus impérios marítimos. A ideia de identidade de ambas nações sofreu um forte embate, na durante todo o século XIX, e com o apogeu deste deformatos dos impérios na segunda metade do mesmo século. Para os dois países peninsulares a evolução dos acontecimentos havia trazido o papel novo de *weak nations*, sem o poder colonial de outrora, estavam ambas expostas às mais variadas influências externas, com Inglaterra na frente desta influência dita como negativa por pensadores de ambas nações, e como toda a Europa a procurar fortalecer-se com a nova conjuntura, criando alianças entre si, e até com as recém ex-colónias, que com a independência começavam a evoluir na sua condição económica e social. Mesmo com um passado conturbado entre os dois reinos, alguns republicanos federalistas procuraram demonstrar que a união federalista seria benéfica a ambas nações para manter o restante das possessões ultramarinas nas mãos dos respectivos países, e fortalecerem-se mutuamente com a unir de esforços.

“Nineteenth-century iberianists called for reforms including a centralized Iberian monarchy, a federated peninsular republic, economic integration and mutual defense, and greater cross-border intellectual exchange as means to stem the tide of perceived national decline.” (NEWCOMB: 2008)

A questão do Federalismo Ibérico é na sua maioria, um reflexo dos momentos de tensão internacional e nacional tanto de Portugal como de Espanha. Existe uma forte ligação destes pensamentos Iberistas com as questões externas da hegemonia económica da Inglaterra, das invasões napoleónicas e de como a queda dos impérios coloniais de grande poder caem na península ibérica, ficando estes muito debilitados com os territórios que sobraram, e sem poder militar capaz de intervir contra nações com mais poder, numa clara situação de união face ao inimigo.

“A independência do Brasil e de quase todas as colónias da América espanhola voltou o pensamento dos dois países da Península Ibérica para a consideração de novos laços políticos entre si.” (MARTINS, 1998)

Para os iberistas, sejam eles monárquicos ou federalistas, a união peninsular seria a solução para colocar tanto Portugal como Espanha na rota das nações poderosas, ou pelo menos poderosas o suficiente para fazerem frente aos poderes externos.

“Portugal poderia desempenhar um papel económico e político de relevo no contexto da república federal ibérica ou da república das repúblicas (...) talvez até de maneira a assegurar nela uma hegemonia. (...) Portugal tinha um papel no mundo moderno se assumisse novas missões ou ideais colectivos, ou seja, a missão imperial africana e a hegemonia numa federação peninsular.” (MARTINS: 1998)

Torna-se indispensável então - para perceber os ideais republicanos federalistas e ibéricos que compuseram Portugal e Espanha, nas suas semelhanças e diferenças e como se influenciaram - investigar como ambos republicanismos surgiram dessa conjuntura económica e política, num período em que as fronteiras e rivalidades históricas pareceram ser algo deixadas para trás nas ideias de Teófilo Braga, Eça de Queirós, Oliveira Martins, Latino Coelho, Antero de Quental, Henriques Nogueira ou Casal Ribeiro, João Francisco Dubraz, Sousa Brandão e Lopes de Mendonça entre outros, do lado português; e Sixto Cámara, Francesco Margall, Pío Gullón, Castelar, Pi y Margall, Núñez de Arce, Sinibaldo de Más, Accacio Rosa, Rafael de Labra, Cánovas del Castillo e Juan Valera, entre outros, do lado espanhol.

A importância deste movimento na segunda metade do século XIX é visível, ainda que sejam ideias que vem de antes, amadurecidas agora com o acalmar de ambas

nações, e o evoluir da ideia de República, entre duas fases, a geração dos anos 50 e a geração dos anos 70. Tenhamos em conta que entre 1852 a 1871 viram a luz 103 obras sobre a questão ibérica (RIBEIRO: 1997; MARTINS: 1998), e este energético pensamento ibérico formava discussões acesas, mostrando que o tema se ligava à república e às ideias do socialismo, latentes neste período.

“Para fazer face aos imperialismos dominantes, os reinos ibéricos, procurando superar a sua subalternidade e periferia, alimentavam simultaneamente um espírito anti-imperialista e um sentimento imperialista.” (RIBEIRO: 1997)

Temos então duas opções discutidas em todas estas obras, como as duas plausíveis de seguir, e ao mesmo tempo contraditórias e inimigas: a União Ibérica Unitarista e Federação Ibérica. A Unitarista era mais seguida pela ala monárquica onde a coroa seria integrada em Espanha (ou vice versa) perdendo a soberania total e criando uma nova nação mais forte, Ibérica. A Federalista Republicana propunha uma criação de Estados, onde a Espanha seria separada nos vários reinos que foram anexados por Madrid num fulgor conquistador, Portugal integrando esta federação como apenas um Estado membro, livre, mas dentro de um sistema de partilha económica, social, e cultural, sem fronteiras. Eram o reflexo das ideias de Immanuel Kant, Saint-Simon ou Augusto Comte, Tocqueville e principalmente Proudhon, vindas da França e do socialismo que influenciou as ideias de que o futuro do mundo passava não por Estados soberanos parados no tempo, mas sim Estados em rede, harmoniosamente beneficiando das posições uns dos outros.

“For Proudhon, confederation with one’s neighbors does not compromise national autonomy – quite the opposite. As he explains in his «Du principe federative» (1979; 1863), by aligning one’s particular interests with the common good.”(NEWCOMB: 2008)

As ideias federativas sustentavam-se na ideia do passado da história comum de ambos reinos; as ideias comerciais e de como toda a península poderia beneficiar de um mercado comum, de melhores ligações e melhor comunicação; e por último o messianismo de como a Federação ibérica seria a superação da decadência vivida, e conseqüente recuperação do prestígio tanto de Portugal como de Espanha, voltando os mesmos ao rumo histórico dito como *“natural”*, o seu *“destino glorioso”*, quebrado apenas pelas Invasões Francesas no início do século. (SIMÓN: 2012).

“O ideal da Hespanha em revolução confunde-se com o ideal de Portugal, que precisa ser revolucionado. (...) Portugal é uma nação enferma e do pior género de enfermidade, o langor, o enfraquecimento gradual que, sem febre, sem delírio, (...). O mundo português agoniza, afectado de atonia, tanto na constituição íntima da sociedade, como no movimento, na circulação da vida política.” (QUENTAL: 1868)

Não podendo ver nenhum destes argumentos como singulares, eles misturam-se nas propostas iberistas dos diversos pensadores que as formam, de forma complexa, tendo até, segundo alguns dos intelectuais destas ideias, uma corrente cronológica entre si. (MAS e SANZ: 1854; VALERA: 1864; MARTINS: 2007) Nos federalistas de ambos reinos, tal como Antero de Quental, Oliveira Martins, Luis Vidart, Aldana Ayala ou Xisto Camara, a Federação Ibérica ia apenas de encontro ao evoluir da sociedade humana, altamente influenciados por teorias Proudhonistas, em que todos os Estados se federariam entre si, numa rede global, focando-se na Europa como a Federação de Federações. Sozinhas as nações continuaram o seu ímpeto conquistador, de concorrência arbitrária entre vizinhos, da predação dos Estados fortes sobre os fracos.

“Esta república ocidental seria constituída por pequenos países: os grandes teriam que adoptar uma escala mais humana ou, tal como os proudhonistas diziam, teriam que se transformar em federações. Os positivistas republicanos portugueses, na sua análise teórica, argumentavam que o federalismo era o último e mais alto estágio da civilização europeia e que, naturalmente, a federação definitiva europeia seria uma federação de federações.” (MARTINS: 1998)

Enquanto do lado espanhol era mais presente este pensamento ibérico, principalmente após 1868 com a revolução republicana espanhola (---), em Portugal as ideias federativas ibéricas, ainda que sendo fortes e fomentassem um debate aceso, eram alvo de uma minoria, e mesmo dentro das maçonarias republicanas¹ (CATROGA: 1985) alguns movimentos demonstram também como Espanha procurava mais essa união do que Portugal.

“Como se compreende os novos orientes espanhóis esforçaram se por integrar as lojas portuguesas e para isso procuram ser reconhecidos por Lisboa. Depois de algumas infrutíferas tentativas o grande oriente lusitano unido aceitou dialogar com o grande oriente de Espanha acabando por celebrar com ele um tratado, no qual se reconhecia o

¹ “ (...) O aparecimento de divergências dentro do grande oriente de Espanha conjugado com algumas tomas de posição pouco claras em relação a Portugal, levou o grande oriente lusitano unido ao corte de relações. Os portugueses acusavam no de se ter transformado num clube político interessado não em ligar mações dos dois países mas os próprios países sob uma só bandeira política, não formando senão uma nacionalidade á custa da independência de Portugal. (...) Em 1861 formou se a associação 1º de dezembro com o propósito de fomentar o culto da independência da pátria em confronto com a dominação castelhana. E este sentimento acentuar se á nas décadas seguintes de um modo crescentemente empolado.” (CATROGA: 1985)

reciproco direito de promoverem e de manterem lojas em qualquer ponto da península. (...) O cumprimento desse tratado não foi muito pacífico, dado que sobre ele pairou sobre o espectro do iberismo.” (CATROGA: 1985)

A divisão entre unitarismo e federalismo não era a única, visto que os defensores da soberania portuguesa eram muitos, e dentro de todas as fileiras. A federação republicana dos estados peninsulares baseava-se no objetivo de destruir o existente imperialismo castelhano, fragmentação política de Espanha em pequenos estados autónomos. Tese defendida por ambos federalismos de cada reino, por exemplo com as de Pi e Margall, Sinibaldo Mas, António de Serpa Pimentel ou Sampaio Bruno.

“A associação [península república] prevista era, na maior parte das vezes, não na base um para um mas na base um para muitos, ou seja, não baseada num laço dinástico entre Portugal e Espanha, ou entre uma monarquia ou uma federação dual, mas na pertença de Portugal a uma ibéria de multiestados federais ou confederais, cujos constituintes coincidiriam virtualmente com o presente mapa do estado autonomistas federal da Espanha.” (MARTINS: 1998)

Analisemos estas questões por diferentes iberismos e por diferentes autores, para entender de que forma se relacionavam os iberistas portugueses e espanhóis, durante este meio século. O Iberismo romântico não se foca em motivos económicos ou de fortalecimento dos dois reinos, mas sim em questões de identidade, de raça e de cultura. Este tem defensores e apoiantes mas mostra uma tendência visível em termos de números para os primeiros, nacionalistas defensores de uma autonomia total e distanciamento de Portugal por parte dos Castelhanos, alegando que Portugal é um povo diferente, com uma cultura própria, outra “*raça*” de homem, distinta em absoluto de Espanha, mostrando um ódio indistinto sobre Espanha, baseado nos momentos da história em que os dois reinos entrarem em confronto e à época dos Filipes (VASCONCELLOS: 1861; VIZCONDE: 1870). Os apoiantes, mais numerosos do lado Castelhana, alegam que o país tem ligações muito fortes culturais com Espanha, que partilham uma história comum desde a sua génese, e nesse âmbito separaram-se entre os que acham que a separação de Portugal de Espanha foi apenas uma mudança por ordem da história e que não é uma separação natural (a justificação da geografia da península) e os apoiantes da tese de que ambos reinos são irmãos e que partilham da mesma cultura e raça de homem, e que deviam por isso estar juntas, contra as influências externas.

Do outro lado federalista então, um federalismo económico, que pensava uma possível união aduaneira, para ligar o comércio do país, onde figuravam planos de criar uma rede ferroviária que ligasse todo a península (GÓMEZ: 1982), planos que até se

alargavam nos projetos de Aldana Ayala (AYALA: 1855) até França (a ligação dos países latinos²), também a união de frotas navais com os Portos principais de Barcelona e Lisboa a controlar novamente uma parte do Atlântico, um espaço sem fronteiras económicas e taxas ou protecionismos, não só dentro da península como na união do espaço marítimo e colonial, com a África portuguesa e os redutos restantes espanhóis na América Latina (Cuba figurando como principal).

“Portugal y España tenían los grandes proyectos de infraestructuras que, como aquel de navegación del Duero (regulada por sucesivos convenios y tratados a mediados del siglo), o el de la construcción del ferrocarril (Ley reguladora de 1855) tendrían la función de articular el transporte peninsular y con él el comercio y la industria.” (HUGUET: 2007)

O peso deste argumento económico ainda assim tem diferentes pesos para Portugal e Espanha. Se em Espanha esta visão económica é melhor vista, para Portugal o debate assenta muito sobre a vertente romancista, política e sobre questões históricas e de identidade. Ainda assim é um argumento que recebe atenção de ambos lados, e que é o que muitos então achariam ser o elemento decisivo para chegar a uma federação real, era o que mais se adequava aos planos de Federação Ibérica feita de Estados confederados que partilhavam o mesmo espaço comercial, e os mesmos recursos.

“The new state’s federal structure would guarantee Portuguese autonomy by eliminating the Bourbon monarchy (and presumably the Braganças as well) and dissolving their former kingdom into its component parts – Castile, Aragon, Catalonia, the Basque Country, and so on – each of which would constitute an autonomous member of the federation.” (NEWCOMB: 2008)

A vertente política era necessária, sem dúvida, e por isso a república é apontada como sendo a primeira evolução necessária para atingir esse passo, com as duas nações passando por esse processo de republicanização da sua política. Esta realidade fará parte importante desta sintonia ibérica entre ideais federativos, com os pensadores e políticos de cada nação atentos aos acontecimentos do outro lado, tentando até interferir e criando ligações. Para Espanha a questão económica prende-se com o facto de os pensadores de então começarem a entender que o campo colonial estava indubitável perdido e era necessário então que a Espanha se virasse para a Europa, que mostrava algumas

² “Economic and political measures which would enable an alliance to be created between Spain and Portugal, capable of being extended to include France, under the title of the triple alliance of the south alluding, in words of the day, to the common interests of Latin peoples.” (RODRIGUÉS-ESTEVAN: 1998)

federações a aparecer. Já do lado de Portugal esse idealismo colonial ainda existia com as colônias em África, sendo vistas elas pela generalidade dos envolvidos como a solução para os problemas portugueses, e não a união com a Espanha. Esta diferença será então um dos desestabilizadores dessa ideia.

“El nacionalismo portugués se había afianzado en torno a la construcción de un imperio africano auspiciado por Gran Bretaña, en cuyo origen descansaba la posibilidad de un desarrollo capitalista. En España en cambio, la idea imperial estaba en retirada. Ni siquiera Cuba era capaz de azuzar el nacionalismo español. Carente de un proyecto internacional renovado que concentrase las energías nacionalistas, la idea de una convergencia peninsular se manifestaba en España con más intensidad que en Portugal.” (HUGUET: 2007)

Do lado português esse ideal era perseguido desde a primeira metade do século XIX por um dos primeiros federalistas portugueses, pioneiro de geração socialista, Henriques Nogueira (NOGUEIRA: 1855), e em muito inspiração para Oliveira Martins e Antero de Quental anos depois na geração de 60 e 70. Ele defendia então um programa económico para a Federação Ibérica, que continha a livre circulação de mercadorias, a criação de um mercado comum protegido contra o mercado externo. Via também este passo como algo de benéfico para Portugal, por fazer parte desde projecto, pois o mercado português de exportação ficaria expandido para mais de 17 milhões de habitantes, levando ao progresso vários sectores da economia portuguesa, há muito toldados pela perda do Brasil e do mercado seguro que ele providenciava. O mercado do vinho, podendo exportar agora livremente por toda a península e locais de influência espanhola no mundo, libertaria a ligação forte com a Grã-Bretanha, melhorando em muito por fim a ligação de Portugal e sua gente à Europa, com essa nova via que entrava no mediterrâneo e na França por via continental (NOGUEIRA: 1976).

Já para Oliveira Martins e Antero de Quental (BASTIEN: 2007), a Federação Ibérica passava por dois momentos, uma dupla revolução. E política onde as repúblicas venceriam na península criando então uma República Federativa, juntamente com uma revolução económica, baseada no que Nogueira já havia mencionado, juntamente com os novos ensinamentos que estavam impregnados no pensamento desta segunda geração de socialistas federalistas, de Proudhon, onde a nova Europa seria construída sobre o esforço dos objectivos mútuos e a regulação das relações entre Estados por meio de contractos. No discurso em primeira pessoa de Oliveira Martins:

“Sempre julguei e julgo que o abatimento presente das duas nações peninsulares, acentuando depois da separação das suas colónias americanas, só poderá ter um fim, quando ambas, e essas colónias hoje constituídas em nações, se aliarem no interesse comum do futuro do sangue e das línguas hispano-portuguesas (...) cada dia diminui o isolamento lamentável em que espanhóis e portugueses nos temos encontrado. (...) A questão da autonomia política não tem importância maior para o caso, em primeiro lugar, porque a independência é perfeitamente compatível com a aliança de pensamentos e interesses, em segundo lugar, porque todos os dias importa menos para a vida orgânica dos povos aquilo que estritamente se chama política. Só nas nações combatidas como a nossa, a política-política é uma preocupação quase exclusivamente absorvente.” (Oliveira Martins in ROSA e PIMENTEL: 1893)

O contexto da península ibérica unida para Antero de Quental, concentrava-se na vertente mais generalizada, por ser mais polémica, de uma ibéria baseada nos pressupostos românticos da latinidade, da cultura comum, dos grandes escritores e criadores peninsulares, do messianismo histórico. Portugal era para ele parte de algo maior, histórico, um destino que havia sido retirado por vontades históricas:

“Um Membro amputado desnecessariamente, ainda que sem violência, do grande corpo da Península ibérica, vivendo desde então uma vida particular, estreita tal vez mas sua e original, e tão apartado do movimento dos outros povos espanhóis como se fosse a fronteira, que d’eles, o separa um insondável oceano, que tem que ver Portugal com a revolução que acaba de trazer é superfície da sociedade hespanhola, como em tumultuosa fermentação, os maiores problemas da política.” (QUENTAL: 1868)

O iberismo espanhol segue este caminho romântico, movimentos pan-unionistas, baseando-se na evolução que procuravam ver no restante continente europeu - guerra franco-prussiana de 1870 - (tal como nos Estados Unidos da América), tentando assim seguir a via republicana que via no conceito Estado-Nação como o elemento contemporâneo a evolução. As unificações nacionais da Itália e da Alemanha deram combustível ideológico a este pensamento de que a península ibérica era finalmente passível de fazer o mesmo, algo que para muitos republicanos era um finalmente. O lado espanhol, como o português a uma certa extensão não comparativa, alterou a sua forma de ver as coisas, mesmo nos defensores ávidos da criação de um único reino, Estado, invés de uma federação de Estados, essa alteração é visível.

Se no início do lado espanhol, as ideias passavam muito por uma quase anexação de Portugal a Espanha, para criar um reino de novo nome, mas que seria muito semelhante a uma Espanha com mais um pedaço, a peça do puzzle perdida, como as ideias de Aldana Ayala e Sinibaldo Mas mostravam:

“El ultimo, apoyado en los trabajos historiográficos de Alexandre Herculano y Teófilo Braga, consideraba artificial la nacionalidad portuguesa, fruto de una ambición humana, y carente de sentido natural por la inexistencia de barreras o diferencias nacionales.” (SIMÓN: 2012).

Nos anos 60 já o semblante deste pensamento havia então mudado para os pensadores republicanos Espanhóis. A ideia de federação de Estados começava a despertar do lado português, com defensores da nova geração que aparecia, e começavam a pensar que algo procurado há décadas poderia ser possível, que ambas nações estivessem no mesmo momento político, na mesma senda histórica, e essa sincronia poderia levar a que o projecto se tornasse realidade. Em 1861 Pio Gullón publicou um libro de nome *“La Fusión Ibérica”*, que despertou uma grande polémica sobre o seio dos iberistas e nacionalistas portugueses, por tentar seguir com a ideia de fundir a península em torno da Espanha, diluindo o resto das identidades num grande Estado - *“ [la memoria histórica es] un orden secundario de ideas que figura como último baluarte de los estados innecesarios”* (GULLÓN: 1861) - uma ideia que iria contra o forte pensamento republicano de que a história dos reinos não deve ser apagada, e que a identidade das nações é primeiramente deles, ainda que também ibérica, e por isso deveria estar confederada para ajuda mútua. O iberista Sinibaldo de Mas, antes até defensor desta via de união total, viu que este tipo de proclamações do lado espanhol criava cisões graves no projecto que se procurava criar, em sincronia, e defendeu o oposto do seu conterrâneo. (RIVAS: 1982)

(...) parecen me evidentes la ley de las grandes nacionalidades y el destino de la península ibérica lanzada por la naturaleza al atlántico, que es el mar esplendido de las fáciles comunicaciones. Esto toma un relieve extraordinario después de la revolución del Brasil y de la concentración de las naciones sud americanas. Anuncia se una nueva política que pide nuevos actos, fuera de la vieja política mediterránea, si Portugal y España prescinden de la voz del tiempo, para consumir se en la miseria domestica, pronto renacerá el vergonzoso protectorado de Beresford en la desembocadura del tejo y las discusiones europeas sobre la frontera del Ebro.” (Rafael M. de Labra in ROSA e PIMENTEL: 1893)

Foi neste contexto que em 1880 vários grupos literários e culturais dos dois países uniram se nas conhecidas comemorações de Camões, em Lisboa, tal como o bicentenário da morte de Calderón de la Barca, este celebrado em 1881, em Madrid. Ainda que o projecto federalista se começa se a perder nesta década, fruto dos eventos, da influência inglesa em Portugal, do projecto colonial e da Regeneração portuguesa, o sentimento vivido nestas comemorações é reflectido nas palavras de Luis Vidart:

“Honremos a nuestra patria recordando de continuo la inmortal gloria de sus tres mayores poetas, Cervantes, Camões y Calderón; (...) porque sabido es que la tradición científico-literaria de los pueblos constituye el espíritu de su historia, mediante cuyo espíritu Alemania e Italia han conseguido restaurar su unidad política, y así como todos los italianos quieren ser compatriotas del Dante y del Petrarca, (...) todos los hijos de la Península Ibérica, ya seamos españoles ya portugueses, debemos considerarnos como compatriotas, y por derecho ya lo somos, de Miguel de Cervantes Saavedra.” (VIDART; 1881)

Prova deste desfazer é a forma como os pensadores portugueses do federalismo vão perdendo fulgor, durante os anos 80, Oliveira Martins³ e Antero de Quental são dois exemplos máximos disso mesmo, e ainda que voltassem nos anos 90 do século XIX no momento do Ultimato Inglês, a defender o Federalismo (mostrando como este é incendiado pelas crises externas que demonstram a fraqueza das nações sozinhas) Depois desta década ambos países seguem caminhos diferentes, com as suas lutas individuais por uma república, fruto da divisão entre republicanos espanhóis e portugueses, após o último encontro entre republicanos portugueses e espanhóis em 1893 no Congresso republicano em Badajoz, e o processo de Regeneração portuguesa. Para Teixeira Bastos, após o *Ultimatum Britânico*, este sugeria o que poderia ser o futuro, um onde os territórios africanos estavam destinados à auto-emancipação, o que fazia com que Portugal devesse concentrar as suas energias no seu próprio desenvolvimento económico, e mais uma vez a frase *“Ou escravos da Grã-Bretanha ou confederados com os outros povos peninsulares”* voltou a ecoar, tanto em nacionalistas ou federalistas, ainda assim sem a projecção necessária para atingir uma realidade.

³ Escreveu a sua História da Civilização Ibérica em 1879, tornando-se muito popular em Espanha.

Bibliografia:

NEWCOMB, Robert Patrick . “*Antero de Quental, Iberista: Iberianism as Organizing Principle and Evolving Intellectual Commitment.*” *Revista Iberoamericana*, VIII, 31 (2008), 45-60

MARTINS, Herminio. “*Federalismo no pensamento político português.*” *Penélope* 18, 1998, 13-49.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *A Ibérica perante a República*. Câmara Municipal de Cascais, 1997. p. 209-212 ; Sep. de: *Estados e sociedades ibéricas: realizações e conflitos (séculos XVIII-XX): atas dos 3º Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, 3, 1997.

SÍMON, César Rina. “El iberismo historiográfico como recurso identitario.” *Universidad de Navarra*. XI Congresso de História Contemporânea de Granada, Setembro de 2012.

QUENTAL, Anthero de, “Portugal perante a Revolução de Hespanha. Considerações sobre o futuro da política portuguesa no ponto de vista da democracia Ibérica”, Lisboa, Typ. Portuguesa, 1868.

CATROGA, Fernando. “As lojas espanholas de obediência ao Grande Oriente Lusitano Unido e iberismo.” Coimbra: Arquivo da Universidade, 1985.

VASCONCELLOS, J. A. C. “Os portugueses e a Iberia, refutação dos argumentos do partido ibérico com respeito afusão das duas nações peninsulares, e exposição das desgraças e vexames que d’ella haviam de porvir a Portugal”, Elvas, Typ. Elvense, 1861;

VIZCONDE, Trancoso. “Apuntamentos para a Historia da dominacão castelhana en Portugal”, Lisboa, Opúsculo anti-ibérico, 1870.

MAS Y SANZ, Sinibaldo de, *La Iberia. Memoria sobre la conveniencia de la Unión pacífica y legar de Portugal y España*, 3ª ed., Madrid, Imp. y est. de M. Rivadeneyra, 1854, [1851].

VALERA, Juan, *Estudios críticos sobre Literatura, Política y costumbres de nuestros días*, Madrid, Lib. de A. Durán, 1864.

MARTINS, J. P. Oliveira, 1845-1894. *História da civilização ibérica / Oliveira Martins*; nota inicial de Guilherme D'Oliveira Martins ; pref. de Fidelino de Figueiredo. 13ª ed. Lisboa : Guimarães Editores, 2007.

ALDANA AYALA, José, *Compendio Geográfico-Estadístico de Portugal y sus posesiones ultramarinas*, Madrid, Imp. de la Viuda de D. Antonio Yenes, 1855, pp. 3-4.

GÓMEZ MENDOZA, Antonio: *Ferrocarriles y cambio económico en España*, 1855-1913, Madrid, Alianza, 1982.

HUGUET, Montserrat. El Iberismo: Un proyecto de espacio público peninsular. Alcores 4, 2007, pp 243-275. Universidad Carlos III de Madrid.

RODRIGUES-ESTEBAN, José Antonio. “Geopolitical perspectives in Spain: from the Iberismo of the 19th century to the Hispanoamericanismo of the 20th.” Finisterra : Revista Portuguesa de Geografia. Volume: XXXIII; Issue: 65, 1998.

HENRIQUES NOGUEIRA, José Félix, “Revista Peninsular”, O Progresso, 18/11/1855.

HENRIQUES NOGUEIRA, José Félix, “O iberismo e os seus defensores”, Obras Completas, Vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1976.

BASTIEN, Carlos. “A integração europeia vista pelos economistas portugueses: uma perspectiva de longo prazo.” Comunicação apresentada ao 5º Encontro da Associação Ibérica de História do Pensamento Económico, Madrid, Dezembro 12-15, 2007.

ROSA, Acácio, Pimentel, António de Serpa. A nossa independência e o iberismo. Lisboa: Typ. de F. Silva, 1893.

GULLÓN, Pío. La fusión ibérica, Madrid, Imprensa Gabriel Alhambra, 1861.

RIVAS, E: «Utopie ibérique et idéologie d'un Fédéralisme Social Pan-Latin», en Utopie et Socialisme au Portugal au XIX siècle. Actes du Colloque, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1982.

VIDART, Luis, “La literatura Ibérica”, La América, XXII, 15, 8/8/1881.

SECO SERRANO, Carlos: «De la democracia republicana a la Guerra Civil», en Historia General de España y de América, Madrid, Rialp, 1986.

JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos: «La relación política luso-española», en H. de la Torre (coord.), Portugal y España contemporáneos. Ayer, 37 (2000), pp. 271-286.

BORREGO, Andrés, Historia de una idea. España y Portugal, Madrid, Imp. de T. Fortanet, 1869.

BRAGA, Teófilo, Os centenários como sínteses afectiva nas sociedades modernas, Porto, Tip. A. Silva Teixeira, 1884; História das ideias republicanas em Portugal, Lisboa, Nova Liv. Internacional, 1880.

BLANCO, Ramiro, “El Iberismo en la literatura de España y de Portugal”, Revista de España, año XIV, Tomo LXXXIII, n. 331, 13/12/1881, pp. 367-391.

ANTUNES, José Freire. Os espanhóis e Portugal. Oficina do livro. Lisboa, 2004.

CABERO Diéguez, Valentín. Iberismo y cooperación: pasado y futuro de la península ibérica. Publicações Universidade de Salamanca.

CARVALHO, Joaquim de, Formação da Ideologia Republicana (1820-1880), [III] Correntes Ideológicas. Henriques Nogueira. Socialismo, Federalismo e Unitarismo, in

Obra Completa de Joaquim de Carvalho, Vol. VI, História das Instituições e Pensamento Político (1930 - c. 1957), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989, 529 pp., p. 205.

CHATO Gonzalo, Ignacio. Las relaciones entre España y Portugal a través de la diplomacia (1846–1910). Editora Regional de Extremadura, GIT, 2004.

DUBRAZ, J. A Republica e a Iberia. Duas Palavras (...), Lisboa, Imprensa de Joaquim Gemano de Sousa Neves

MAGALHÃES, Gabriel (2007), “A Atitude Ibérica da Geração de 70: Variações na Unidade”, *Península: Revista de Estudos Ibéricos*, nº 4 (em publicação B).

MASCARENHAS, Manuela, A Questão Ibérica. 1850-1870, Braga, sep. Revista Bracara Augusta, 1980.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (1995), A Questão Ibérica – Imprensa e Opinião: 1850-1870, tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 vols.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles - Iberismo e Nacionalismo no pensamento de José Barbosa de Leão: o futuro de Portugal visto do Porto em 1881, Porto: [s.n.], 1992 (Braga : : Tip. Diário do Minho), Sep. da Revista da Faculdade de Letras. História. - Porto. - 2ª Série. - Vol. 9 (1992).

TORRE Gómez, Hipólito de la. Del «peligro español» a la amistad peninsular. España–Portugal, 1919–1930. Publicaciones UNED. Madrid, 1984.

SARDINHA, António, A aliança peninsular: antecedentes & possibilidades, Porto: Civilização, 1924.

SÉRGIO, António, O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares, Porto, ed. Renascença Portuguesa, 1913.

QUENTAL, Antero de (1868), Portugal perante a Revolução de Espanha: Considerações sobre o Futuro da Política Portuguesa no Ponto de Vista da Democracia Ibérica, Lisboa, Tipografia Portuguesa.

JUNIOR, Campos, A Iberia. Opusculo Patriotico, Porto, Imprensa Portuguesa, 1868.

ALVES da Veiga, Politica Nova, Augusto Manuel Alves da Veiga, Politica Nova – Ideias para a reorganização da Nacionalidade portuguesa, Clássica editora, Lisboa, 1911, 239 pp., pp. 170-171.